

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.786, DE 2007

Dispõe sobre a reintegração no emprego dos funcionários da Dataprev, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, em exercício nos postos do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social).

Autor: Deputado Edmilson Valentim

Relator: Deputado Arnaldo Faria de Sá

I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Edmilson Valentim, tendo por objetivo possibilitar a reintegração nos empregos dos funcionários da Dataprev em exercício nos postos do INSS.

Foram designadas para a sua apreciação, em regime conclusivo, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno, as Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Finanças e Tributação e esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A primeira Comissão, a quem incumbia analisar o mérito, houve por bem aprovar a matéria. A Comissão de Finanças, nos termos do art. 54 do Regimento Interno, que fora designada para verificar a sua adequação financeira e orçamentária, manifestou-se pela “não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária ao Projeto de Lei nº 1.786, de 2007.”

Compete-nos, nos termos do art. 32, IV, “a”, cumulado com o art. 54, do Regimento Interno, a análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em primeiro lugar, sob a perspectiva da constitucionalidade, não vislumbramos obstáculos à livre tramitação da matéria, vez que compete privativamente à União legislar sobre o tema nos termos do art. 22 (I e XVI), da Constituição Federal. Por consequência, a sede adequada para a apreciação da matéria é o Congresso Nacional. A iniciativa legislativa é deferida a parlamentar, nos moldes do art. 61, *caput*.

No que diz respeito à juridicidade, a proposta também encontra amparo em nosso ordenamento jurídico, não contrariando princípio pelo mesmo reconhecido. Mais do que isso, busca-se, com a mesma, a reparação pela dispensa injusta e ilegal perpetrada contra os trabalhadores alcançados pelo desligamento da Dataprev entre janeiro de 1999 e janeiro de 2000.

De igual sorte, não temos reparos à técnica legislativa empregada em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998 (e alterações posteriores).

Nestes termos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa do Projeto de lei nº 1.786, de 2007.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 2010.

Deputado Arnaldo Faria de Sá
Relator